

**ATA DA 54ª REUNIÃO DA  
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,  
REALIZADA EM BRASÍLIA/DF**

**DATA:** 29 e 30/10/2003

**PARTICIPANTES:**

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)  
Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)  
Ministério da Integração Nacional: Célia Maria Ravazzani Ribeiro (celia.ribeiro@integracao.gov.br)  
Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo Filho (valdemar.araujo@cidades.gov.br)  
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Ademar Passos Veiga (veiga@ana.gov.br)  
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão: (aguardando indicação)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: Maurício Lenzi Brandão (mlbrandao@sp.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: Jessé Cláudio de Lima Costa (srh-depc@prodase.com.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: Adriana Araújo Ramos (adriana.ramos@igam.mg.gov.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Rio Grande do Sul/Santa Catarina: Paulo Renato Paim (prpaim@terra.com.br)  
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: Vera Maria Weigand (vweigand@srh.ba.gov.br)  
Prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário: Glenda Barbosa de Melo (brasil@assem.org.br)  
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Daniela Gurgel de Amorim (daniela@chesf.gov.br)  
Indústrias: Cristina Alves Corrêa Lima (ccorrea@cni.org.br)  
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Leila Pereira dos Passos (lppassos@brturbo.com.br)  
Comitês, consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas: Fernando Antônio Rodrigues Netto (bpp@daee.sp.gov.br)  
Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninon@alternex.com.br)

**CONVIDADOS:**

Antônio Eduardo Lanna – SRH/MMA (aelanna@terra.com.br)  
Célia Cristina Moura Pimenta - ANA (celiacristina@ana.gov.br)  
Célia Maria Brandão Fróes – IGAM/MG (celia@igam.mg.gov.br)  
Cristina Maria de Moraes Aragão – SRH/MMA (cmmaragao@mma.gov.br)  
Dalvacir Evaristo Cruz Cunha Reis – ANA (dalvacireis@ana.gov.br)  
Fernando M. Cabral de Vasconcellos Filho – MIN (fernando.cabral@integracao.gov.br)  
Flavia Gomes de Barros – ANA (fbarros@ana.gov.br)  
Hadijamine Itapá Fernandes – DNIT/Min. Transportes (hadijamine.fernandes@dnit.gov.br)  
Hidely Grassi Rizzo – ANA (hidely@ana.gov.br)  
João Ricardo Raises - SEMARH/GO (joaoricardo@semarh.goias.gov.br)  
Leocádio Alves Pereira – CBH Araguari (leocadio@uberlandia.mg.gov.br)  
Luziel Ahy – ANEEL (luziel@aneel.gov.br)  
Marcelo de Deus Melo – CEMIG (mdeus@cemig.com.br)  
Maria Antônia Barros F. Silva – SEMA/MS (mabarros@net.ms.gov.br)  
Maria de Fátima Araújo Paiva – ANA (fpaiva@ana.gov.br)  
Martha Maria Fialho Pedrosa – SRH/MMA (martha.fialho@cnrh-srh.gov.br)  
Milcíades Gadelha de Lima – SEMARH/PI (semarrh@hotmail.com)  
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roberto.monteiro@mma.gov.br)  
Valter Otaviano Junior – AGU/MMA/CONJUR (valter-otaviano.junior@mma.gov.br)

**RELATORES:**

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)  
Wilson de Azevedo Filho (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

**ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

**DATA:** 29/10/2003

**Início:** 10:00 h

**Término:** 17:00 h

Às dez horas do dia vinte e nove de outubro de 2003, no auditório do 3º andar do Edifício Núcleo dos Transportes, do Departamento Nacional de Infra-Estrutura dos Transportes - DNIT, situado no SAN Quadra 03 Lote A, Brasília/DF, iniciou-se a 54ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta conforme **Anexo I**.

O Dr. Julio Thadeu, Presidente da CTIL, abriu os trabalhos e falou sobre a realização da Conferência Nacional do Meio Ambiente, a ser realizada em Brasília, nos dias 28, 29 e 30 de novembro deste ano. Ressaltou que foram solicitadas, aos Conselheiros, contribuições ao Documento-Base da Conferência, no tópico Recursos Hídricos. Lembrou ainda que vários assuntos da pauta desta reunião da CTIL integrarão também a pauta da X Reunião Ordinária do CNRH, prevista para 1º de dezembro próximo. Com a palavra, a Dra. Ninon agradeceu ao DNIT pela cessão do local da reunião, mas solicitou registro sobre a importância da adequação das instalações da SRH/MMA, destacando a necessidade de se proporcionar operacionalidade aos membros das CTs e à própria Secretaria Executiva do CNRH. A Dra. Glenda solicitou espaço para informe sobre a Conferência Nacional das Cidades, realizada entre 23 e 26 de outubro pp, que contou com 2.500 delegados, teve pleitos realizados em 3.400 municípios, totalizando uma participação de aproximadamente 350.000 pessoas. Disse que durante a Conferência foram discutidas diretrizes para a Política Nacional de Saneamento, além de ter sido aprovada a criação do Conselho Nacional das Cidades, com 70 membros, e Câmaras Setoriais. O Dr. Fernando Rodrigues informou sua participação na Pré-Conferência realizada em São Paulo. Solicitou que a Secretaria Executiva tentasse resgatar as sugestões ao texto base recebidas no evento, pela importância dos diferentes pontos de vista encaminhados pelos vários segmentos participantes. Em prosseguimento, o Dr. Julio Thadeu abordou o item 2 da pauta: aprovação das minutas de ata da 52ª e 53ª reuniões; as atas foram aprovadas com modificações. Passou-se então ao item 3 da pauta: elaboração de proposta de composição para suplências nas Câmaras Técnicas do CNRH. O Dr. Julio Thadeu informou que a CTIL havia sido encarregada, durante a XII Reunião Extraordinária do CNRH, de elaborar tal proposta. Lembrou que os pleitos constantes da tabela encaminhada (**Anexo II**) foram os não atendidos quando da elaboração, pela CTIL, da proposta de complementação da composição das CTs, que originou a Resolução CNRH nº 33, de 15 de outubro de 2003. Durante os debates foram analisados os casos em que ocorreram duas solicitações de participação por um mesmo segmento, para uma mesma CT; para o segmento dos CERH, como ficou entendido que a relação entre titulares e suplentes estabelecia uma certa hierarquia, foi acertado que os pedidos duplos seriam considerados como únicos. Ao final, a proposta de suplência ficou definida e solicitado seu encaminhamento, na forma de proposta de Resolução (**Anexo III**), para superior deliberação do Plenário do CNRH. Passou-se então ao item 4 de pauta: análise, nos aspectos pertinentes, da proposta de resolução (**Anexo IV**) encaminhada pela Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR. A Dra. Célia Cristina substituiu a Dra. Leila Carvalho, Presidente da CTPOAR, no relato dos trabalhos realizados no âmbito da CT e apresentação da proposta de Resolução, com conseqüente aprovação da proposta pela CTIL. Os debates sobre o documento transcorreram durante o período restante da manhã e, às 13:00 horas, foi feita pausa para almoço, com subseqüente retorno ao tema. Os trabalhos foram retomados às 14:45 horas, quando o Dr. Julio Thadeu informou sobre a impossibilidade de comparecimento do Dep. João Pizzolatti para os debates do item 6 de pauta o qual, dessa forma, ficou suprimido da pauta; ressaltou que permanecia, entretanto, a intenção de convidar o Deputado para apresentação do PL nº 1.616 na X Reunião Ordinária do CNRH, dia 1º de dezembro deste ano. Destacou a importância do CNRH se pronunciar sobre o PL e sugeriu esforços no sentido da CTIL encaminhar, em regime de urgência, sugestões ao PL para apreciação do Plenário durante a X Reunião Ordinária. Ficou acertado que será dado o prazo de 15 dias para o recebimento, pela Secretaria Executiva, de sugestões ao PL, na forma de emendas devidamente justificadas; em prosseguimento, o tema fará parte da pauta da próxima reunião da CT, que será realizada no próximo dia 26 de novembro, em Curitiba-PR, durante o XV Simpósio da ABRH. O Dr. Ademar solicitou registro que, em função de contenção de despesas, a ANA não deveria enviar representante para a referida reunião. A Dra. Ninon também solicitou registro da sua ausência. Apesar das ponderações acima, ficou mantida a reunião em Curitiba-PR, entendida como forma de prestigiar o evento a ser realizado pela ABRH. Encerrado o assunto, foi retomada a análise da proposta de resolução encaminhada pela CTPOAR. Novas adequações foram feitas ao texto proposto e, ao final, solicitado seu encaminhamento à Plenária do CNRH, para superior deliberação (**Anexo V**). Passou-se então, em atendimento a inversão de pauta solicitada pela Dra. Ninon, ao item 12: análise sobre alteração do Decreto nº 4.613, de 2003. Com a palavra, a Dra. Ninon lembrou que no orçamento da Secretaria Executiva, aprovado pelo CNRH para 2004, foram previstos recursos para apoio à participação dos representantes da sociedade civil nas atividades do CNRH e suas CTs. Como o Decreto nº 4.613, de 2003, não permite o custeio dessas despesas, informou que foi apresentada por ela, além dos

Conselheiros Antônio Evangelista, Oscar Cordeiro Netto e Ana Virgínia Machado, e aprovada durante a XII Reunião Extraordinária do CNRH, proposta para que fosse elaborada uma proposta de alteração no Decreto, a ser encaminhada à Ministra Marina Silva "ad referendum" do Plenário do CNRH. Assim sendo, como forma de agilizar o processo, propôs que fosse delegada à Secretaria Executiva do CNRH a atribuição de elaborar a referida proposta de alteração do Decreto e respectiva exposição de motivos, encaminhando-a diretamente ao Gabinete da Ministra para as providências subseqüentes. A proposta da Dra. Ninon foi aprovada. Passou-se então ao item 5 da pauta: análise da proposta de moção sobre a situação da mineração de areia na várzea do rio Paraíba do Sul (**Anexo VI**), encaminhada pela Câmara Técnica de Análise de Projeto – CTAP. O Dr. Julio Thadeu, como Presidente da CTAP, disse que a proposta de moção nasceu a partir de problemas levantados pelo Cons. Antônio Evangelista e teceu comentários sobre o documento. A Dra. Ninon esclareceu que não se pretendia um processo punitivo, mas viabilizar mecanismos para atividades sustentáveis. O texto da proposta de moção sofreu algumas modificações (**Anexo VII**) e foi solicitado seu encaminhamento à Plenária do CNRH para superior deliberação, com o parecer favorável da CTIL. Passou-se ao item 9 da pauta: análise, nos aspectos pertinentes, da proposta de moção sobre o rio Guandu (**Anexo VIII**), encaminhada pela CTAP. O Dr. Julio Thadeu teceu comentários sobre os trabalhos realizados no âmbito da Câmara e lembrou que uma das resoluções do CEIVAP sobre a cobrança pelo uso dos recursos hídricos impunha que a questão do Guandu estivesse solucionada. A Dra. Ninon observou a importância do posicionamento do CNRH na questão, inclusive como fortalecimento dos dois comitês envolvidos, o do Guandu e o do Paraíba do Sul. Foram propostas algumas modificações no texto original (**Anexo IX**) e solicitado seu encaminhamento à Plenária do CNRH para superior deliberação, acompanhada de parecer favorável da CTIL. Passou-se então ao item 11 de pauta: análise da resposta ao Ofício CTCOB nº 11/2003 (**Anexo X**). A Dra. Célia Cristina, como coordenadora do GT encarregado de discutir o assunto, fez relato sobre os trabalhos realizados, com destaque para o Relatório final (**Anexo XI**). Informou que, em face da concordância entre os membros do Relatório e discordância do Parecer da Dra. Maria Luiza e mesmo com a ausência da mesma naquele dia, o Relatório Final continha proposta de encaminhamento dos documentos em análise para a CONJUR/MMA, com solicitação de emissão de parecer, ressaltando o fato de que a ANA se manifestaria por meio de Parecer autônomo e que os demais teriam prazo de encaminhar suas respectivas contribuições a CONJUR/MMA. A Dra. Ninon solicitou ressalva sobre a abordagem simplesmente fiscalista contida nos documentos; lembrou que a questão do contingenciamento dos recursos destinados à gestão dos recursos hídricos era muito mais abrangente do que o atendimento a uma intenção de superávit primário; advertiu que as responsabilidades eram inerentes aos direitos humanos e como tal deveriam ser cobradas, pois o direito de acesso à água faz parte do direito à vida. Os debates prosseguiram e, ao final, ficou definido que, após um novo prazo de quinze dias para o recebimento de contribuições, a Secretaria Executiva deveria providenciar o encaminhamento do tema à CONJUR/MMA, com solicitação de emissão de parecer. Passou-se então ao item 7 da pauta: análise da solicitação de prorrogação do mandato da Diretoria Provisória do CBH Paranaíba (**Anexo XII**), encaminhada pela própria Diretoria Provisória. O Dr. Jessé, que assumira a presidência dos trabalhos, convidou a Dra. Flavia Barros para expor sobre a matéria. A Dra. Flavia fez histórico sobre a criação do CBH Paranaíba, o Decreto de sua criação e a indicação da Diretoria Provisória. Relatou também os trabalhos desenvolvidos pela Diretoria Provisória, iniciados com a realização de reunião entre representantes dos Estados envolvidos e a criação de Grupo de Apoio composto por vinte e um membros, representantes do Governo Federal, dos Estados, dos comitês já existentes em sub-bacias e dos diversos segmentos envolvidos. Em prosseguimento, disse, foi realizada pela Diretoria Provisória uma Oficina para definição da estratégia de implantação do Comitê, cujo relatório fora enviado aos membros da CTIL (**Anexo XIII**). Informou sobre a realização da 2ª Oficina visando definição de programa de mobilização e se desculpou pelo descuido no prazo de encaminhamento do ofício de solicitação de prorrogação do prazo para instalação do Comitê. Finalizando, reforçou que os trabalhos estavam em andamento, mas que o alongamento do prazo para sua conclusão se tornava necessário. O Dr. Leocádio, do CBH Araguari, solicitou apoio aos trabalhos na forma de parecer favorável à ampliação do prazo. Foram feitos questionamentos sobre a participação da sociedade civil e a elaboração do Regimento Interno, entre outros, que foram respondidos pela Dra. Flavia. O Dr. Jessé ressaltou que o processo de instalação deste Comitê trazia aperfeiçoamentos advindos dos trabalhos anteriores desenvolvidos pela ANA; externou seu voto favorável. As manifestações subseqüentes foram todas favoráveis e,

dessa forma, foi aprovado o encaminhamento da matéria para deliberação do Plenário do CNRH, com o parecer favorável da CTIL. Finalizando, a Dra. Flavia se comprometeu a encaminhar, em tempo hábil para envio aos Conselheiros, o Programa de Trabalho resultado dessa 2ª oficina em andamento. Nesse momento, às 17:00 horas, O Dr. Jessé declarou encerrados os trabalhos do dia.

**DATA:** 30/10/2003

**Início:** 9:30 h

**Término:** 18:45 h

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta de outubro de 2003, iniciou-se o segundo dia de trabalho da 54ª reunião da CTIL. O Dr. Julio Thadeu abordou o item 15 da pauta: apresentação dos trabalhos do GT sobre a revisão da Resolução CNRH nº 5. O Dr. Wilson, coordenador do GT, relatou que, no entendimento do GT, a Resolução nº 5 não deveria ser revogada; a intenção seria promover sua reformulação em alguns aspectos, especialmente no que se referia ao processo de constituição dos comitês. Deixou claro que aspectos internos teriam impedido a realização de reunião do GT no período. O Dr. Paulo Paim pediu sua inscrição como participante do GT. Passou-se então ao item 14 da pauta: discussão sobre procedimento de análise do Anteprojeto de Lei que dispõe sobre as Agências Reguladoras. O Dr. Julio Thadeu falou sobre a previsão, para a X Reunião Ordinária do CNRH, de apresentação sobre o Anteprojeto por representante da Casa Civil da Presidência da República. A Dra. Célia informou que havia sido produzido em setembro deste ano, no âmbito de um Grupo de Trabalho Interministerial, relatório sobre o assunto intitulado "Análise e Avaliação do Papel das Agências Reguladoras no Atual Arranjo Institucional Brasileiro" (**Anexo XIV**); ficou definido seu posterior encaminhamento aos membros da CT. O Dr. Julio Thadeu propôs a criação de GT para debater o assunto, ressaltando que a análise deveria se ater prioritariamente sobre o foco dos recursos hídricos. O GT ficou assim inicialmente composto: Dr. Wilson, Dra. Leila (coordenadora), Dra. Célia Cristina e Dr. Fernando Rodrigues. Dando prosseguimento, o Dr. Julio Thadeu convidou a Dra. Adriana Ramos, Procuradora Chefe do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, para apresentação (**Anexo XV**) sobre a situação do gerenciamento dos recursos hídricos no Estado de Minas Gerais, item 13 de pauta. A Dra. Adriana discorreu sobre a situação institucional e jurídica do gerenciamento de recursos hídricos em Minas Gerais. Salientou os 18 comitês instituídos em bacias de rios de domínio do Estado, destacando que a própria fragilidade do órgão de gestão teria imposto uma política estadual voltada para o fortalecimento dos comitês. Noticiou também sobre a recente iniciativa, no âmbito do Estado, de integração dos procedimentos de outorga e licenciamento ambiental, além do processo de análise de pedidos de concessão de outorga de uso da água e o início de estudos para incorporação da concessão de outorgas para o lançamento de efluentes. Ao final dos debates subsequentes, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença da Dra. Adriana. Em prosseguimento, convidou o Dr. Milcíades Gadelha, Diretor de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí, para apresentação sobre a situação do gerenciamento dos recursos hídricos no Estado, item 10 de pauta. O Dr. Milcíades, em sua apresentação (**Anexo XVI**), discorreu sobre os aspectos institucionais e legais do gerenciamento de recursos hídricos no Piauí, com destaque para a reinstalação, em maio deste ano, do Conselho Estadual. Finalizou apresentando os estudos e projetos relacionados a recursos hídricos em andamento no Piauí. Durante os debates, ficou evidente a necessidade de articulação entre os estados do Piauí e Ceará para o gerenciamento compartilhado do rio Poty. Ao final, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença do Dr. Milcíades. Passou-se então ao item 8 da pauta: análise, nos aspectos pertinentes, da proposta de resolução sobre "critérios para o encaminhamento, ao CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados" (**Anexo XVII**), encaminhada pela CTAP. O Dr. Julio Thadeu, na condição de Presidente da CTAP, indicou a principal preocupação contida nesta proposta de resolução: no inciso III, art. 35, da Lei nº 9.433, de 1997, a adoção de diferentes conceitos do termo "extrapolação" poderia provocar o entendimento que todos os projetos de aproveitamento dos recursos hídricos deveriam passar pelo CNRH. Havia também, destacou, a preocupação em resguardar os empreendedores. Desta forma, complementou, a CTAP pretendia que diretrizes fossem estabelecidas para respostas a esses possíveis questionamentos. Disse que a proposta havia sido encaminhada para deliberação da Plenária do CNRH, em sua XII Reunião Extraordinária, quando o documento fora encaminhado de volta a CTAP, com solicitação de nova análise baseada nas sugestões levantadas durante a reunião. Relatou que a CTAP havia cumprido tais indicações, considerando em sua análise o documento enviado pela Cons. Cristina Yuan (**Anexo XVIII**) e as ponderações do Cons.

Flávio Neiva. Questionou se a evidente impossibilidade de regulamentação, em termos técnicos, do referido inciso seria uma prerrogativa aplicável no caso dos questionamentos supracitados. Ao final, abriu para debates. O Dr. Paulo Paim disse concordar com as preocupações expostas e se mostrou a favor da regulamentação do inciso. O Dr. Ademar questionou a forma de entrada dos projetos para análise do CNRH e recomendou que os prováveis encaminhamentos deveriam ocorrer quando da análise do pedido de outorga; portanto, a cargo dos órgãos de gestão das águas. O Dr. Fernando Rodrigues opinou que as discussões deveriam se ater ao momento e à origem das possíveis demandas. Os debates prosseguiram e, ao final, ficou acertado que a proposta deveria ser encaminhada à CTAP, em sua reunião do dia 25 de novembro próximo, para análise de artigo complementar a ser encaminhado pelo Dr. Ademar, relativo ao tempo em que os projetos poderão ser encaminhados para deliberação do CNRH; em seguida, a proposta deveria ser novamente encaminhada ao Conselho para superior deliberação, contando com o parecer favorável da CTIL. Neste momento, às 12:45 horas, uma vez cumpridos todos os itens da pauta, o Dr. Julio Thadeu agradeceu a presença e o empenho de todos e declarou encerrada a 54ª Reunião da CTIL.

#### **RESUMO DA REUNIÃO:**

- aprovadas as atas das 52ª e 53ª reuniões da CTIL;
- aprovado o encaminhamento ao CNRH, para superior deliberação, da proposta de resolução com definição de suplências para eventuais substituições dos membros de suas Câmaras Técnicas;
- aprovado o encaminhamento ao CNRH, para superior deliberação, com o parecer favorável da CTIL, da proposta de resolução sobre "Critérios gerais para a outorga de uso dos recursos hídricos para implantação de barragens", encaminhada pela CTPOAR;
- foi delegada à Secretaria Executiva a incumbência de elaborar proposta e respectiva exposição de motivos para alteração do Decreto nº 4.613, de 2003, de forma a permitir o apoio à participação dos representantes da sociedade civil nas atividades do CNRH e suas Câmaras Técnicas; a proposta deverá ser encaminhada diretamente ao Gabinete da Ministra Marina Silva, conforme recomendado pela Plenária do CNRH, em sua XII Reunião Extraordinária;
- aprovado o encaminhamento ao CNRH, para superior deliberação, com o parecer favorável da CTIL, da proposta de moção sobre a situação da mineração de areia na várzea do rio Paraíba do Sul, encaminhada pela CTAP;
- foi suprimido o item 6 da pauta devido à impossibilidade de comparecimento do Dep. João Pizzolatti;
- aprovado o encaminhamento ao CNRH, para superior deliberação, com o parecer favorável da CTIL, da proposta de moção sobre o rio Guandu, encaminhada pela CTAP;
- com relação à resposta ao Ofício CTCOB nº 11/2003, ficou definido que, após um novo prazo de quinze dias para o recebimento de contribuições, a Secretaria Executiva deverá providenciar o encaminhamento de quantos pareceres sobre o tema houver à CONJUR/MMA, com solicitação de emissão de parecer;
- aprovado o encaminhamento ao CNRH, para superior deliberação, com o parecer favorável da CTIL, da proposta de resolução para prorrogação do prazo para instalação do CBH do rio Paranaíba;
- foi composto GT para análise inicial do Anteprojeto de Lei que dispõe sobre as Agências Reguladoras; a Secretaria Executiva deverá encaminhar aos membros da CTIL o relatório produzido por Grupo de Trabalho Interministerial sobre o tema;
- a Dra. Adriana Ramos, Procuradora Chefe do IGAM, proferiu palestra sobre a situação do gerenciamento de recursos hídricos em Minas Gerais;
- o Dr. Milcíades Gadelha, Diretor de Recursos Hídricos da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí, proferiu palestra sobre a situação do gerenciamento de recursos hídricos no Estado;
- solicitado o encaminhamento da proposta de resolução sobre "critérios para o encaminhamento, ao CNRH, de projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos estados em que serão implantados" para análise da CTAP sobre novo artigo a ser elaborado pelo Dr. Ademar; foi recomendado o posterior encaminhamento do documento ao CNRH, para superior deliberação, com o parecer favorável da CTIL.

Ata aprovada durante a 55ª Reunião da CTIL, realizada em 26 de novembro de 2003.

JULIO THADEU S. KETTELHUT  
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO  
WILSON DE AZEVEDO FILHO  
Relatores